



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**EMERGÊNCIA DO SESC CADEIÃO CULTURAL (LONDRINA, PR – 2014):
O TEMPO DAS REVITALIZAÇÕES**

Kawanni dos Santos Gonçalves¹

Resumo: Em 2014, a terceira cadeia pública de Londrina, no norte do Paraná – ou, simplesmente, o Cadeião de Londrina –, foi reinaugurada como espaço cultural no centro histórico do município – o edifício da cadeia foi cedido, em 2010, em comodato ao Serviço Social do Comércio (Sesc), para que a instituição revitalizasse o edifício, requalificando-o como “Sesc Cadeião Cultural”. A cadeia, ativa desde 1939, foi desativada em 1994, e permaneceu inativa, com “subutilizações” bastante pontuais, até a mencionada transformação em centro cultural. Considerando-se tal imóvel como objeto de pesquisa, apresenta-se a seguinte problemática: após anos de projeções não efetivadas, que condições possibilitaram, em 2014, a emergência de um espaço cultural a partir de uma antiga cadeia pública? Desse modo, este artigo visa refletir – a partir do objeto, tema de estudo e de fontes impressas locais – aspectos de uma temporalidade (KOSELLECK, 2014) recente, inserindo-se nas discussões concernentes à denominada História do Tempo Presente. As expressões (e particularidades) de nosso tempo se manifestam no desenvolvimento das modernas cidades brasileiras. O artigo discute, portanto, a partir da emergência do Sesc Cadeião Cultural (2014), políticas públicas que se apresentam no tempo presente, tramas sociais desenvolvidas em uma modernidade anômala, à brasileira (MARTINS, 2008); uma narrativa que visa contribuir com os estudos da temática urbana por meio das reflexões da historiografia do tempo presente².

Palavras-chave: História do Tempo Presente, revitalização urbana, Sesc Cadeião Cultural.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX ou, mais precisamente, quando a historiografia econômico-social predominante no período se tornou insuficiente para deslindar os eventos do início do século – tais como guerras, crises financeiras e o advento de Estados socialistas –, a História restabeleceu a discussão política no centro do debate historiográfico. Não pretendo explanar aqui o movimento de restabelecimento e renovação da história política no curso da historiografia do século passado. Convém mencionar, entretanto, que sob prerrogativas mais interrogativas do que centradas em narrativas lineares e uniformes, e ao lado de temas tradicionais,

¹ Mestrado em História pelo PPGH – UDESC (2020), Professora (PSS) de História pelo Estado do Paraná, e-mail: kawannisg@gmail.com.

² O presente texto sintetiza algumas questões desenvolvidas na dissertação “Histórias (im)possíveis do Cadeião de Londrina-PR (1994-2014): sentidos na/da cidade” (UDESC, 2020), financiada pela CAPES/DS.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



como partidos, processos eleitorais e biografias, outros campos de investigação tornaram-se pertinentes a uma história política:

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após outros, para os domínios da história política. (RÉMOND, 2003, p.24).

Tratava-se de uma historiografia política revitalizada ou, em perspectivas mais amplas, da politização de temas diversos.

Nesse ambiente, em 1978, institucionaliza-se – com a criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) em Paris, por François Bedárida – a História do Tempo Presente (HTP), cujos propósitos, em síntese, visavam discutir nossa “última catástrofe” (ROUSSO, 2016). Em outras palavras, acontecimentos significativos o bastante para reverberarem nos dias atuais; sem demarcações cronológicas restritivas, portanto. A HTP desloca o tempo para o centro do debate historiográfico, politizando-o; essencialmente, o presente³. Tempos históricos vivenciados (e interpretados) não mais como escatológicos ou lineares, mas como estratificados, ou seja, “vestígios da experiência” ordenados que, simultaneamente, se articulam e são independentes. Desse modo, quais os contornos de uma temporalidade presente e seus significados para os sujeitos que o vivenciam? Particularmente, no que diz respeito ao tema deste artigo, se os significados e as ressonâncias de determinado evento são sempre relativos consoante o tempo, o lugar e os atores sociais, quais questionamentos e traçados aquela historiografia oportuniza ao estudo das cidades?

Decorrente de um projeto de pesquisa que resultou na elaboração da dissertação intitulada “Histórias (im)possíveis do Cadeião de Londrina-PR (1994-2014): sentidos na/da cidade”, este artigo sintetiza discussões da mesma, que a partir da antiga cadeia pública de Londrina como objeto de estudo e sua transformação em centro cultural (Sesc Cadeião Cultural) como problema de investigação, visam refletir o tempo presente no bojo da temática urbana; insere-se na escrita da HTP, portanto. De fato, “recortar um objeto ou tema de pesquisa na cidade não implica cortar os vínculos que mantém com as demais dimensões da dinâmica urbana, em especial, e da modernidade, em geral” (MAGNANI, 2000, p.19). O enfoque deste artigo, desse modo, é perscrutar traços de uma temporalidade presente através do estudo de recentes políticas públicas que envolveram o referido objeto de pesquisa; particularmente, as políticas de revitalização dos centros urbanos.

³ Ou seja, a HTP estuda o tempo enquanto categoria presente nas relações políticas – compreendidas como aquelas estabelecidas entre a sociedade global e o poder estruturado, nas sociedades contemporâneas, no Estado.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



No campo de experiência das políticas públicas urbanas destaca-se a revitalização de centros históricos enquanto dinâmica assídua nas atuais cidades brasileiras. A prática manifesta-se no decorrer do século XX, e se sobressai a partir da década de 1990, devido às características da urbanização no país; e a emergência do Sesc Cadeião Cultural, localizado entre as ruas Sergipe e Brasil⁴, se insere em um contexto mais amplo dos processos de revitalização do centro histórico de Londrina. Considerando-se o meio técnico-científico-informacional que experienciamos atualmente, além de documentos oficiais, utilizo como fonte principal um dos jornais mais convencionais da cidade, a “Folha de Londrina” – em sua versão digital e, para efeitos metodológicos, considerada “grande imprensa” (LUCA, 2008) –, que comunicou as atividades de revitalização mencionadas.

A terceira cadeia pública da referida cidade, inaugurada em 1939 e popularmente denominada Cadeião, foi desativada em 1994 – devido a sua estrutura decadente, além da superlotação. Esse espaço urbano permaneceu inativo, com “subutilizações” bastante pontuais, até sua reinauguração como centro cultural em 2014 – em um processo de requalificação do Cadeião pelo Serviço Social do Comércio (Sesc), proveniente de uma parceria com a Prefeitura⁵. A despeito de sua face profícua, apresentada pelos discursos hegemônicos – entre os quais, os da Administração Pública – a experiência de revitalização do centro histórico de Londrina – e, por conseguinte, do Cadeião – evidencia interesses diversos, disputas e arbitrariedades entre governo e sociedade, destacando-se, no limite das fontes, urbanistas, comerciantes – aqueles relacionados à Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL) e os demais presentes no espaço público – e moradores da região. Dinâmica própria, aliás, ao âmbito político. Trata-se, assim, de uma narrativa centrada nos sentidos e repercussões de determinada política pública urbana, ou seja, que visa problematizá-la consoante a História do Tempo Presente.

⁴ Em mapa do centro histórico de Londrina, o Cadeião encontra-se em uma quadra à extrema direita, na extensão da rua Sergipe. Acima deste logradouro, no mesmo mapa, observa-se em destaque a avenida Paraná, que será referenciada posteriormente. Mapa disponível em: <https://www.webhotel.com.br/parana/mapas/mp_londrina.htm>. Acesso em: 05 abr. 2021.

⁵ A Prefeitura de Londrina concedeu o espaço urbano referente ao Cadeião em regime de comodato ao Sesc por 20 anos.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL **HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE** UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA (SÉCULO XX)

No que diz respeito à história das aglomerações, um processo que acarreta implicações até os dias vigentes denomina-se urbanização. No Brasil, tal movimento é verificado no século XVIII e adquire maturidade no XIX (SANTOS, 1993, p.19). A urbanização se transforma em acontecimento do tempo presente, contudo, no decorrer do século XX, a partir do desenvolvimento expressivo e acelerado desse processo no território brasileiro. Desde o processo de sedentarização dos grupos humanos, nossa história foi construída, através da agricultura, no campo. A população brasileira era, inclusive, majoritariamente rural até meados do século XX. A marcha da revolução industrial, no decorrer do século XIX, engendrou novas conjunturas econômicas, políticas e sociais que corroboraram para acelerar a urbanização dos territórios e modificar suas premissas – conforme se segue.

Os escassos e desconexos centros urbanos brasileiros tornam-se, nas regiões sul e sudeste, prematuramente interdependentes, em meados do século XIX, por meio da produção cafeeira desenvolvida no Estado de São Paulo. Há, de fato, convergências materiais e sociais que contribuíram para esse principiante processo de integração de subespaços do território nacional: quais sejam, a construção das estradas de ferro, o desenvolvimento dos meios de comunicação, os influxos do mercado internacional e os preceitos do capitalismo industrial. (SANTOS, 1993, p.26/27).

No decorrer da década de 1930 e, sobretudo, após a segunda guerra mundial, entretanto, o Estado impulsiona o processo de industrialização do país, no qual se destaca, acentuadamente, o mercado interno. Assim, a urbanização brasileira apresenta novo regime de desenvolvimento, conforme se estabelece a “lógica da industrialização” que, em seu sentido amplo,

tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização. (SANTOS, 1993, p. 27).

A urbanização brasileira em meados do século XX, sem dúvida, não se desenvolveu de maneira uniforme e sincrônica no território nacional. No que diz respeito ao interior do país, sobretudo ao final da década de 1920, esse processo foi acelerado, pulverizado e caracterizado pelo investimento local de capitais privados. Nesse cenário transcorre a colonização do norte do Paraná. No começo do século XX, a colonização espontânea no norte do Estado, por paulistas e mineiros predominantemente, chegara a Cambará, com posterior construção da estrada de ferro São Paulo-



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL **HISTÓRIA DO TEMPO** **2021 PRESENTE** UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Paraná para o escoamento da produção agrícola da área. Em seguida, os colonizadores avançaram até o Rio Tibagi. O site da Prefeitura de Londrina descreve uma “séria frustração nas expectativas de ocupação” das terras à oeste do Rio Tibagi, “em virtude da morosidade do Estado” (PML, 2020b), ou seja, enfatiza a negligência governamental nesse processo. A partir da década de 1920, contudo, o governo estadual concede terras a empresas privadas de colonização. Desse modo, em 1929, é fundado o município de Londrina – emancipado, todavia, em 1934 – pela empresa britânica denominada Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

Tratava-se de um investimento imobiliário-colonizador de capital privado internacional, possibilitado pelo desenvolvimento da produção cafeeira industrializada. Em agosto de 1929, assim, a primeira caravana da CTNP desembarca em Londrina – a princípio, Patrimônio Três Bocas, distrito de Jatahy. Inicia-se, desse modo, um projeto de colonização previsto para cerca de 30.000 habitantes, pautado em pequenos lotes (urbanos e rurais) para comercialização, no pagamento facilitado aos colonos, no uso substancial da propaganda, bem como no fornecimento de infraestrutura necessária, na qual se incluiu – além do abastecimento de água encanada e da geração de energia elétrica – a aquisição, pela CTNP, da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (HOFFMANN; PIVETA, 2009).

Londrina, portanto, se desenvolve conforme as experiências e expectativas próprias à modernidade, na qual o progresso econômico, social e tecnológico encontra-se nas vivências e nos horizontes dos atores sociais⁶. A cidade planejada, as locomotivas, o perfil do empreendimento imobiliário-colonizador, a lógica da produção cafeeira são elementos que atestavam essa modernidade. Observava-se vertiginoso progresso na cidade em decorrência da expansão da cultura cafeeira na década de 1940, nosso “ouro verde”, que demandava significativa quantidade de mão de obra, acarretando migrações exponenciais no período. Na década de 1950, há mais de 70.000 habitantes em Londrina, com cerca de 48% deles em zona urbana (PML, 2020a): “Todo tipo de negócio prosperava em Londrina: hotéis, pensões, bares, casas comerciais”. (JANUZZI, 2005, p. 90).

⁶ Por “modernidade” compreende-se aqui “um tipo de experiência vital” (BERMAN, 1986, p. 14) partilhada pelos seres humanos – hoje, em termos globais – no qual o progresso é elo entre experiências e horizontes de expectativas. No plano discursivo, o termo é adjetivado e reveste-se de um otimismo que, usualmente, negligencia as contradições sociais. Fredric Jameson (2005) argumenta que, após as contradições e críticas à modernidade do início do século XX, o termo renasceu a partir da criação da teoria da modernização, conferindo um “acréscimo de vida” à “ideia burguesa de progresso”. (JAMESON, 2005, p. 17).; segundo o autor, se relacionando, em certa medida, ao movimento ecológico, a pautas feministas e às críticas de esquerda, por exemplo, à ideologia do progresso.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



No que diz respeito aos números e percentuais apresentados, de fato, a sociedade brasileira, de maneira geral, ostentou uma explosão demográfica no pós-guerra, decorrente tanto de elevadas taxas de natalidade e acentuadas reduções nas taxas de mortalidade, quanto do próprio movimento expressivo de urbanização. Em síntese, as cidades vivenciam um crescimento sustentado, com menos oscilações, e substancial; a expressividade das capitais nesse processo é relativizada, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo referente à população urbana; e se o espaço citadino brasileiro é identificado, a princípio, por suas funções administrativas, nesse momento, a cidade capitalista caracteriza-se, fundamentalmente, por sua dimensão mercantil.

No decorrer da década de 1950, com a queda nos preços, há uma política de erradicação da cultura cafeeira, na qual o Estado intervém, através do Instituto Brasileiro de Café, com a compra e estoque do produto, e incentivo à diversificação da produção. Evidentemente, esse fenômeno, posteriormente aliado a outros fatores como as geadas das décadas seguintes, acarretou consequências diretas no desenvolvimento de Londrina, na qual havia a primazia do setor primário – com um setor industrial bastante tímido, e um setor comercial estruturado e fortalecido ao longo do período. E no que diz respeito à urbanização brasileira em geral, a década de 60 se transformou em um período de inflexão. (ARCHELA, 2008, s/p).

Entre fins dos anos de 1960 até a década de 1980, a urbanização brasileira apresenta novos patamares de aceleração e desenvolvimento, e se generaliza, mediada pela ascensão da ciência, da tecnologia e da informação. O crescimento da população urbana se igualara ao da população total e a ultrapassara nos anos de 1970. Londrina, apesar das singularidades locais, evidentemente não escapa às conjunturas de um país, então, globalizado. Com o declínio na produção cafeeira, a cidade diversificou sua produção agrícola, enfatizando culturas cerealistas, tais como soja, milho e trigo, que não absorveram a mão de obra do plantio de café, acarretando um significativo êxodo rural. Além disso, a modernização agrícola igualmente impulsiona o processo de urbanização no município. Segundo os censos demográficos do IBGE, em 1960, Londrina continha mais de 130.000 habitantes, e sua população urbana já ultrapassava a rural, com cerca de 57% do total. Em 1980, são mais de 300.000 londrinenses; 88% deles residentes em zona urbana. (PML, 2020a).

Até o presente momento, descrevi o desenvolvimento da urbanização brasileira no século XX, e de Londrina em particular, com uma narrativa passível de ser considerada “sedutora”. De fato, tal qual o discurso de modernidade – com ênfase na urbanização, no presente caso –, o texto se reveste de um otimismo que tende a mascarar a realidade social. Todavia, após os anos de 1960, evidentemente, o crescimento significativo (e em curto período de tempo) no número de habitantes



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 **PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



do espaço urbano suscitou inúmeros problemas, com temáticas as quais nos deparamos nas cidades hoje, como desemprego, habitação, segurança e infraestrutura, por exemplo. Diante dessa realidade, se estimula o planejamento urbano; e as políticas urbanas adquirem destaque constitucional.

Compreende-se por planejamento urbano a intervenção estratégica do Estado na efetivação de seu poder; em sentido amplo,

um método de aplicação, contínuo e permanente, destinado a resolver, racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade situada em determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de antecipar suas ulteriores consequências. (FERRARI, 1988, *apud* FAÇANHA, 2001, s/p).

Até meados de 1980, as legislações a respeito da organização das cidades eram escassas e, em geral, insuficientes – Londrina, inclusive, desenvolveu planos urbanísticos a partir da década de 1950. Com a crescente demanda desse ordenamento, conforme se intensificava o processo de urbanização, as políticas urbanas tornaram-se pauta na elaboração da Carta Magna brasileira, referenciadas nos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988. Tal legislação confere preeminência ao poder público municipal no planejamento urbano, e estabelece o plano diretor – de competência da Câmara Municipal – como instrumento básico e obrigatório nas políticas urbanas em cidades com mais de vinte mil habitantes.

Em julho de 2001, é sancionado o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257), a fim de regulamentar os artigos da Constituição supracitados. No capítulo I, o Estatuto informa, em seu primeiro artigo, que a Lei visa regular a propriedade urbana “em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”; e no segundo artigo, que “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”. (BRASIL, 2001). Destaco, para os objetivos do presente texto, certas diretrizes contidas no Estatuto, tais como gestão democrática nos planejamentos – ou seja, pressupõe participação da sociedade mais ampla, com seus grupos representativos –, preservação e recuperação do patrimônio natural e “construído” – por exemplo, o patrimônio histórico-cultural –, cooperação entre governo, iniciativa privada e demais setores, visando ao interesse social no processo de urbanização e, reitero, o próprio planejamento urbano como imprescindível – e obrigatório – às políticas públicas municipais.

Eis o perfil e as ferramentas das políticas públicas urbanas do tempo presente! Constituem-se pautadas na ciência, na tecnologia e na informação, configurando as premissas da cidade capitalista contemporânea. Desse modo, em 1993, foi criado o Instituto de Pesquisa e Planejamento



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Urbano de Londrina (IPPUL), órgão da Prefeitura para organizar o crescimento do município; em seguida, em 1998, é aprovado significativo Plano Diretor do município – a ser elaborado a cada dez anos – e, em 2008 (após a sanção do Estatuto da Cidade), é instituído o Plano Diretor Participativo. Ambos os planos diretores, evidenciaram a preservação do centro histórico de Londrina. O Plano Diretor de 1998, por exemplo, em seu “Documento para Discussão”, no que dizia respeito à estruturação e qualificação urbana, evidenciou o centro histórico de Londrina entre as “áreas e elementos de interesse histórico e morfológico” e propôs às “centralidades existentes, emergentes e possíveis”, entre as quais, o “centro histórico tradicional”, sua “caracterização, fortalecimento da identidade e delineamento de um fortalecimento participativo de suas qualidades”. (PML, 2020c). A Lei que instituiu o Plano Diretor de 1998, inclusive, em seu capítulo V, seção I (“De planejamento urbano”), destaca a “revitalização de áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico” (LONDRINA, 1998). Faz-se necessário, portanto, observar a dinâmica produzida nessas áreas centrais no decorrer desse processo último de urbanização.

No último terço do século XX, o inchaço dos núcleos urbanos, aliado à especulação imobiliária e à popularização dos automóveis, propiciou um crescimento espraiado da malha urbana em direção às periferias, com o desenvolvimento de novas centralidades, além dos processos de verticalização dos centros. Em Londrina, há uma explosão demográfica mesmo entre as décadas de 1950 e 1960, que gerou expressiva expansão físico-territorial da cidade e corroborou para a criação de seu primeiro plano urbanístico em 1951 – que enfatizou seu zoneamento. De fato, em relação a área de ocupação inicial projetada pela CTNP, na qual se destacava o atual centro histórico, a malha urbana expandiu vertiginosamente. E, sem dúvida, tais significativas transformações econômico-sociais envolveram a área central de Londrina.

Um Plano de Desenvolvimento Urbano, elaborado pelo município em 1968, já mencionava propostas de revitalização dessa região, a fim de garantir acessibilidade e intensificação do fluxo econômico. Inclusive, em 1977, é implantado o Calçadão na avenida Paraná⁷, localizada nessa área central. Esse núcleo, apesar do espraiamento urbano mencionado, mantém sua centralidade em Londrina até fins de 1980, concentrando comércios e atividades de prestação de serviços, substituindo imóveis de uso residencial pelo comercial – embora o uso residencial não tenha se

⁷ O modelo da “rua de pedestres”, ou calçadão, implantado em Londrina se baseou na rua XV de Novembro em Curitiba, a popular “Rua das Flores”. Segundo o prefeito da época, “o projeto se enquadrava nos padrões estabelecidos pelo governo federal, que tinha como meta priorizar o transporte público e os pedestres”. (SARIS, 2017, s/p).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL **HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE** UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



extinguido, sobretudo em decorrência do processo de verticalização nos anos de 1980. (FRESCA, 2007, p. 162).

A partir da década de 1990, entretanto, há significativa alteração nas centralidades urbanas de maneira geral. Em Londrina, subcentros se interpõem na paisagem urbana e a implantação de um shopping center na zona sudoeste – o maior do Norte do Estado, que se concretiza como centro consumidor – corroboram para novas representações qualitativas do centro histórico:

a área central passou por certas modificações no comércio mais sofisticado e de seus consumidores; ocorreu um progressivo aumento de estabelecimentos comerciais direcionados à população de menor poder aquisitivo mediante venda em grande quantidade de produtos de preços mais acessíveis, garantindo lucros para o pagamento de elevados aluguéis na área central. (FRESCA, 2007, p. 162).

De fato, esse movimento de obliteração dos centros históricos e a alteração no perfil de seus frequentadores ocorre com certa regularidade nas cidades médias e grandes no final do século XX. Há, na virada do milênio, mudanças expressivas no que diz respeito ao consumo de massa, ao poder aquisitivo das classes sociais e mesmo nos modelos de produção do espaço urbano. Nesse contexto, portanto, se desenvolvem os processos de intervenção nos centros históricos, políticas públicas destinadas a

dinamizar, intensificar e reforçar a utilização das áreas centrais e do seu patrimônio, bem como transformar o perfil de uso popular que havia se instalado ou que ameaçava se instalar em setores considerados econômica e simbolicamente importantes”. (SANT’ANNA, 2004, p. 160).

Enfim, são tempos de revitalização!

TEMPO DE REVITALIZAÇÕES - CENTRO HISTÓRICO DE LONDRINA

O documento de discussão do Plano Diretor de 1998 destacara que o centro histórico é “uma área que merece atenção especial em termos de intervenção ou reorganização espacial” (PML, 2020c), bem como, conforme mencionado, evidenciara sua notoriedade no patrimônio urbano do município. O documento corrobora, portanto, com os processos de obliteração dos centros históricos descritos, e a expressão resume as políticas urbanas direcionadas ao centro histórico do município. Tais processos de revitalização, em Londrina, como vimos, se estabeleceram na prática (e/ou ao menos nas expectativas) desde o fenômeno de urbanização impulsionado em meados do século anterior. A própria implantação do Calçadão é expoente dessa política na década de 1970.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE

UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Em 2002, há ações de revitalização no Calçadão, empreendidas pela parceria entre a Prefeitura e a ACIL. Esse processo é descrito, brevemente, do seguinte modo pela arquiteta Denise Januzzi (2005, p. 93):

O conjunto de medidas incluía a higienização, visual, troca do piso, iluminação e segurança do Calçadão, criação de um camelódromo para retirar os camelôs das ruas e a ampliação do Calçadão nas duas pontas, entre as Ruas Minas Gerais e Mato Grosso e entre a Rua Hugo Cabral e a Avenida Higienópolis.

A autora, desse modo, apenas enumera alguns melhoramentos no Calçadão – considerados “revitalização” – sem, todavia, estabelecer uma abordagem ou mesmo comentários críticos ao processo. É necessário evidenciar aqui a displicência no que diz respeito à menção ao camelódromo, que negligencia os inúmeros conflitos entre os camelôs, a Prefeitura e os comerciantes ligados à ACIL, que ocorreram na época e se estenderam ao longo da década – conflitos bastante explorados pela imprensa local.

Em 2005, novas expectativas de revitalização do Calçadão encontram-se no horizonte:

Um projeto de revitalização, ao considerar a preservação das características originais desses prédios, na avaliação da Diretoria de Patrimônio Histórico-Cultural de Londrina, poderia destacar que eles são o ponto diferencial do comércio da área central em relação ao shopping. (LEMES, 2005, s/p).

A reportagem singulariza a prática da revitalização em duas dimensões: patrimonial e mercantil. Durante as eleições municipais de 2008, a partir de uma enquête direcionada aos candidatos a respeito da flexibilização do horário de funcionamento do comércio, o candidato pelo PDT, Barbosa Neto (2008, s/p), anuncia:

Temos um projeto de revitalização do Calçadão que é o de, em seis meses, ao assumirmos, fazer dele o calçadão mais bonito, mais moderno do Brasil, com um piso em que haja realmente condições de ir e vir. Isso faz com que as pessoas voltem a consumir no Centro da cidade.

No trecho acima, há a associação da política de revitalização aos sentidos de modernidade⁸ e, novamente, mercadológico do processo. Excetuando o fato de que a notabilidade das práticas de revitalização reflete, em si – em decorrência dos processos de urbanização do século XX –, a

⁸ Em relação aos sentidos de modernidade utilizados no discurso político, Jameson (2005) advoga que o termo, hoje, se articula às práticas capitalistas de livre-mercado – associadas, portanto, sobretudo à direita. Entretanto, considerando-se o processo de revitalização no presente caso, financiado pelo Estado, bem como o partido do prefeito Barbosa Neto (PDT), deve-se considerar que o significado de modernidade adquirir um sentido mais amplo, é “uma ilusão de ótica, alimentada pela inveja e a esperança, por sentimentos de inferioridade e pela necessidade de emulação. [...] a modernidade é sempre um conceito de alteridade”. (JAMESON, 2005, p. 245-246). Em suma, um projeto em si mesmo, a ser aspirado por países subdesenvolvidos.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



modernidade brasileira, há elementos específicos no processo que igualmente a revelam. Entre as quais – além do predomínio do perfil econômico das políticas públicas –, a conscientização da necessidade de “preservar e restaurar os ‘espaços de interesse histórico’”. (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 49).

De fato, a cultura de valorização do patrimônio – histórico, cultural, artístico, ambiental – é bastante incipiente; devidamente expressa apenas na Constituição de 1988. Em Londrina, inúmeras casas de madeira dos anos de 1930 e 1940, localizadas na região central, foram demolidas ao longo do século XX, sobretudo durante a verticalização do centro na década de 1980. Além disso, a articulação entre patrimônio e desenvolvimento econômico – possibilitado não apenas pela valorização histórica, mas pela dimensão identitária do patrimônio, refletida no afeto das comunidades locais –, também configura um movimento da atualidade. É importante destacar, porém, que à primeira vista, novamente, conforme os discursos acima, um projeto de “revitalização” sinaliza uma política pública, no limite, isenta de contradições. E o candidato supracitado, defensor desse projeto, assumiu a Prefeitura no ano seguinte. Faz-se necessário, portanto, perscrutar as reverberações dessa prática efetivada no Calçadão da Avenida Paraná a partir de 2009.

Desse modo, em novembro de 2009, sob a administração de Homero Barbosa Neto, inicia-se novo processo de requalificação no Calçadão de Londrina. Foi prevista a realização desse projeto em cinco fases, a serem concluídas em 2010. Entretanto, a segunda etapa do projeto, por exemplo, foi finalizada apenas em 2011. Planejar é, indubitavelmente, necessário! Entretanto, as políticas públicas, apresentam temporalidades próprias! O planejamento, de fato, não garante uma execução fidedigna ou mesmo a própria execução do projeto.

Entre as diversas polêmicas que envolveram o projeto de revitalização no Calçadão, uma ação que acarretou diversas manifestações contrárias à política pública foi a retirada dos quiosques na área. O projeto previa a remoção dos quiosques – segundo a Administração, em situações irregulares – com posterior reconstrução dos pontos; todavia, em número reduzido e padronizados e com a proibição da venda de bebidas alcoólicas. O prefeito Barbosa Neto (2010, s/p) afirmou na imprensa que “a remoção dos velhos quiosques do Calçadão e praças - além de ajudar na revitalização do Centro - acaba com a improvisada concessão de alvarás. Agora tem licitação”.

Nesse processo, os permissionários receberam notificações, no início de 2010, de que deveriam encerrar suas atividades. Segundo a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), houve solicitação de prazo, pelos comerciantes, para a retirada dos quiosques; entretanto,



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO 2021 UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



os mesmos não respeitaram o prazo. Em seguida, foram mobilizadas a CMTU, a Polícia Militar e a Guarda Municipal para a desativação dos quiosques:

O clima entre os proprietários era de indignação. "Não me avisaram. Ontem liguei para o prefeito Barbosa Neto, que disse não saber de nada. Fui informado hoje (ontem), às 6 horas, pela minha vizinha que escutou uma movimentação e me ligou", disse José Novaes Bacelar, proprietário da Lanchonete do Dedé. Ele diz ter comprado o ponto há 12 anos e que pagava R\$ 1.130,00 por mês à Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), mais impostos. "Emprego cinco funcionários, minha mulher e meus dois filhos trabalham aqui, ainda não sei o que vou fazer", declarou. [...]

Elquisson Moreira Pieroti, proprietário da lanchonete Chopão, foi avisado da demolição por seu advogado. "Estou tranquilo, por enquanto não sei se vou reabrir a lanchonete em outro lugar. O que couber de recurso vamos tentar, mas os seis funcionários que tenho serão demitidos", informou. (LEÃO, 2010a, s/p).

A arbitrariedade, entretanto, não foi exclusiva do processo de remoção. Embora previsto no projeto, não foram efetivadas as propostas de licitação para novos quiosques. Em 2011, a Prefeitura informou a decisão de não implementar novos pontos no Calçadão:

Ao justificar a decisão, o prefeito garantiu que não cedeu a nenhum tipo de pressão para mudar de ideia. "Eu assumo totalmente a responsabilidade de não colocar mais os quiosques naquele local porque não é justo e porque são espaços públicos; e, além disso, a população de Londrina aprovou o Calçadão 'clean', livre de obstáculos", afirmou. (ARAÚJO, 2011, s/p).

Nesse embate, é necessário pontuar também os interesses dos empresários relacionados à ACIL, que já na década de 1990, reivindicavam a regularização dos mesmos junto à Prefeitura (BARONI, 1998, s/p). Em 2014, uma pesquisa realizada pelo IPPUL apontou, segundo a Folha de Londrina, que 68% dos entrevistados almejavam o retorno dos quiosques no Calçadão (TRIGUEIROS, 2014). Os mesmos retornaram apenas a partir de 2017.

As fontes destacadas denotam reverberações "inconvenientes" do processo de revitalização efetivado na avenida Paraná; dinâmicas negligenciadas por discursos hegemônicos como este:

Para os frequentadores dos trechos reformados, a revitalização deixou o local mais limpo, mais aberto e mais fácil de se locomover. O agente de aeroporto Jacques Henrique Dias diz que o local ficou mais moderno. "Retiraram vários telefones públicos desnecessários, removeram os quiosques e engraxates que ficavam no local e acabaram com os problemas de irregularidades no piso", elogia. Ele alerta que, embora o local tenha ficado melhor, se não for bem cuidado pode se degradar como o antigo Calçadão. (OGAWA, 2012, s/p).

De fato, a política da revitalização detém uma expectativa estética, que inclui processos de higienização, redução da poluição visual e mesmo qualificação dos espaços públicos através da



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



ordenação do comércio informal. Novamente, associa-se a prática à modernidade, isentando a política de críticas sociais.

Em paralelo às revitalizações do Calçadão, planejavam-se e efetivavam-se revitalizações na rua Sergipe. Outra vertente dessa política que gostaria de assinalar é seu custeio, caracterizado por parcerias público-privadas – tal qual ocorreu em 2002, na parceria entre a Prefeitura e a ACIL – acentuadas conforme se concretizavam as políticas neoliberais nas últimas décadas do século XX. Além disso, o próprio Sesc Cultural foi resultado de parceria público-privada. Inativo desde 1994, havia projeções para a transformação do Cadeião tanto em centro musical, especificamente, quanto em espaço de produção cultural. Nas Leis Orçamentárias produzidas anualmente pela Prefeitura, a partir da Lei Orçamentária para 1998 (Lei Municipal nº 7.080, de 07/07/1997), esteve presente entre as metas a revitalização do Cadeião. Nas leis produzidas entre 1997 e 2000, havia proposta para centro musical; entre 2002 e 2004 – não houve menção no Plano Plurianual em 2001 –, já há sugestão para revitalização do espaço em centro cultural. Nos anos subsequentes, o Cadeião não é mencionado até 2010, com a Lei nº 11.068 de 09 de novembro de 2010, em que o imóvel referente à antiga cadeia é concedido em comodato ao Sesc. Não ressaltarei aqui as condições de negociação e as particularidades de um prefeito que culminaram na inauguração de um centro cultural. Para os propósitos deste artigo, problematizar processos de revitalização no centro histórico de Londrina – do qual resultou o Sesc Cadeião Cultural – tornou-se mais relevante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dinâmicas selecionadas referentes a práticas de revitalização no centro histórico de Londrina possibilitam uma análise criteriosa desse processo; a fim de não incorrermos em sua apreciação precipitada, conforme os discursos hegemônicos a seu respeito, que o associam à modernidade. O fenômeno sinaliza a singularidade do tempo das políticas públicas, nas quais as inúmeras variáveis em disputa – próprio do político – contradizem os tempos acelerados de Benjamin, liquidificados de Bauman.

Os elementos, os significados e as reverberações dessa política pública, por sua vez, atribuem contornos ao nosso tempo presente. Experenciamos autoritarismo e participação democrática, politização da memória e concretização da cidade-mercado. Trata-se, além disso, de uma política que se destaca enquanto processo de planejamento contínuo.

Se a prática do planejamento advém de um regime histórico no qual o futuro destacava-se no cotidiano das vivências – cujo progresso impulsionava um horizonte de expectativas ampliado e



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL **HISTÓRIA DO TEMPO** **2021** PRESENTE UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



otimista nos atores sociais –, a própria recorrência da política de revitalização nos centros históricos – evidenciada, aqui, através de citações do processo em Londrina, desde a década de 1970 –, demonstra um regime no qual o presente torna-se contínuo, aproximando os horizontes e relativizando o experienciado!

Estratos de temporalidades diversas, portanto, atravessam nossas políticas públicas. De maneira geral, todavia, é possível delinear um tempo vigente no qual o presente se amplifica. No plano das práxis cidadinas, as vivências no tempo das revitalizações remetem ao acontecimento do último terço do século XX: a urbanização brasileira singularizada quanto à aceleração e a qualificação técnico científica. Para os propósitos desse artigo, nela reside, desse modo, nossa última catástrofe.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. Calçadão de Londrina sem quiosques. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 mai. 2011. Folha Cidades. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/calcao-de-londrina-sem-quiosques-750854.html>>. Acesso em: 8 out. 2020.
- ARCHELA, R.S.; et al. Implantação de Londrina. **Atlas Ambiental da Cidade de Londrina**, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/EXPANSAO/INPLANTACAO.htm>>. Acesso em: 8 out. 2020.
- BARBOSA NETO. Espaço Aberto. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 dez. 2010. Folha Opinião. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/opiniaio/espaco-aberto-732632.html>>. Acesso em: 8 out. 2020.
- BARBOSA NETO. Londrina pergunta. **Folha de Londrina**, Londrina, 30 set. 2008. Folha Política. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/londrina-pergunta-656894.html>>. Acesso em: 8 out. 2020.
- BARONI, C. Quiosques geram queixas no Calçadão. **Folha de Londrina**, Londrina, 21 out. 2011. Folha Cidades. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/quiosques-geram-queixas-no-calcao-103962.html>>. Acesso em: 8 out. 2020.
- BIDOU-ZACHARIENSEN, C. (coord.) **De Volta à Cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. Tradução de Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.
- BRASIL. **Lei nº. 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <<http://soleis.com.br/L10257.htm>>. Acesso em: 8 out. 2020.
- FAÇANHA, L. C. B. A política urbana à luz da Constituição Brasileira de 1988. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 52, 1 nov. 2001. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/2334>>. Acesso em: 7 out. 2020.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



FRESCA, T.M. A área central de Londrina: uma análise geográfica. **Geografia**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 143-166, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/5563>>. Acesso em: 8 out. 2020.

HOFFMANN, M.L.; PIVETA, P. O nascimento de Londrina deu início ao processo de colonização do Norte do Paraná. In: BONI, P.C. (org.). **Certidões de Nascimento da História**: o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá. Londrina: Planográfica, 2009. p.17-50.

JAMESON, Fredric. **Modernidade singular**. Trad. Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JANUZZI, D. C. R. O desenvolvimento de Londrina e as transformações nos espaços públicos da região central. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v.26, p.87-94, set. 2005.

LEÃO, S. Mais 3 quiosques demolidos no Calçadão. **Folha de Londrina**, Londrina, 4 jul. 2010a. Folha Cidades. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/mais-3-quiosques-demolidos-no-calçadão-718952.html>>. Acesso em: 8 out. 2020.

LONDRINA. **Lei nº. 7482**, de 20 de julho de 1998. Institui o Plano Diretor do município de Londrina e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/l/londrina/lei-ordinaria/1998/748/7482/lei-ordinaria-n-7482-1998-institui-o-plano-diretor-do-municipio-de-londrina-e-da-outras-providencias#>>>. Acesso em: 8 out. 2020.

LONDRINA. **Lei nº. 10637**, de 24 dez. 2008. Institui as diretrizes do Plano Diretor Participativo do município de Londrina - PDPML e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-londrina-pr>>. Acesso em: 8 out. 2020.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

OGAWA, V. Revitalização do Calçadão está dois anos atrasada. **Folha de Londrina**, Londrina, 8 jun. 2012. Folha Cidades. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/revitalizacao-do-calçadão-está-dois-anos-atrasada-806471.html>>.

PML. **Dados populacionais**. Evolução da população residente do município de londrina – 1940/2010. Disponível em: <https://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=66>. Acesso em: 8 out. 2020a.

PML. **História da cidade de Londrina**. Disponível em: <<http://www.londrina.pr.gov.br/historia-cidade>>. Acesso em: 8 out. 2020b.

PML. **Plano Diretor Participativo do município de Londrina – PDPML**. Leitura do PD 98. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/plano_diretor_participativo1/proposta_do_plano_diretor_1998.pdf>. Acesso em: 8 out. 2020c.

RÉMOND, R. (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROUSSO, H. **A Última Catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SANT'ANNA, M. A cidade-atração. Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: GUIMARAENS, C., KESSEL, C., SANTOS, A.C.M. **Livro do Seminário Internacional “Museus e Cidades”**, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.